

Política Corporativa de Proteção de Dados



Política Corporativa de Proteção de Dados



Tipo: Política

PLCA-0006

Nº Revisão: 3.3

Aprovação: SI e
Jurídico

Elaboração: Departamento Jurídico

Classificação: Pública

Sumário

- 1. Apresentação
- 2. Escopo
- 3. Conteúdo
 - 3.1. Definições
 - 3.2. Princípios para o Processamento de Dados Pessoais
 - 3.3. Não Aplicação
- 4. Políticas estabelecidas
 - 4.1. Diretrizes gerais
 - 4.2. Coleta/uso de dados
 - 4.3. Cookies
 - 4.4. Armazenamento de dados em geral
 - 4.5. Armazenamento de dados físicos
 - 4.6. Uso de informações de crianças
 - 4.7. Propósito/finalidade para utilização dos dados pessoais
 - 4.8. Classificação das informações pessoais a serem utilizadas
 - 4.9. Critérios de tratamento da informação
 - 4.10. Segurança
 - 4.11. Retenção das Informações
 - 4.12. Direitos
 - 4.13. Compartilhamento de dados pelos Clientes com o Grupo Plusoft
 - 4.14. Encarregado de dados
 - 4.15. Requisição de dados pela Polícia e Ordem Judicial
 - 4.16. Política de Privacidade e Contratos de Prestação de Serviços
 - 4.17. Conformidade e legalidade
- 5. Resolução de Litígios
- 6. Proteção e uso apropriado dos bens e informações do Grupo Plusoft
- 7. Lealdade, Justiça e Transparência
- 8. Reconhecimento
- 9. Entre em contato
- 10. Atualização e Vigência
 - 10.1. Atualização
 - 10.2. Vigência

1. Apresentação

A proteção de dados no processamento de informações de nossos clientes e consumidores representa hoje um dos grandes ativos a serem protegidos em nossa estrutura. Por esse motivo, em busca de aprimoramento, e principalmente, cumprimento da legislação relativa à proteção de dados o Grupo Plusoft elaborou a presente Política Corporativa de Proteção de Dados.

Sendo o Grupo Plusoft uma organização de atuação global, queremos que todos os nossos parceiros, colaboradores, clientes e fornecedores entendam como coletamos, usamos, armazenamos, compartilhamos, transferimos, excluímos ou processamos seus dados pessoais, além de orientar a todos ao cumprimento das regras aqui dispostas.

Um tratamento cuidadoso desses dados corresponde à expectativa de nossos clientes e parceiros de negócios, o que é a base para uma relação comercial de confiança e transparência. Desta forma, proporcionamos um elevado nível de comprometimento, e ditamos o caminho necessário para que sejam um exemplo à proteção dos dados.

2. Escopo

Esta política visa estabelecer as diretrizes e princípios para a devida coleta, tratamento e armazenamento de dado pessoal pelo Grupo Plusoft, aplicando-se a todas as informações pessoais recebidas em qualquer formato, sendo ele, físico, eletrônico ou verbal.

Sua aplicabilidade envolve a todos os colaboradores, empregados, clientes, parceiros, fornecedores e prestadores de serviço que, de alguma forma, tratem, colem, armazenem ou tenham acesso às informações do Grupo Plusoft, de toda natureza.

Além das regras e princípios desta Política, os clientes e parceiros também esperam que os seus dados sejam tratados cuidadosamente, no limite das leis vigentes no Brasil e de parâmetros éticos e sociais. Se não existir confiança, não é possível manter relações empresariais duradouras.

Desta forma, nenhum colaborador ou parceiro está autorizado a estipular regulamentações divergentes desta Política.

Eventuais alterações a serem realizadas nesta Política somente poderão ser efetuadas pelo encarregado de proteção de dados pessoais do Grupo Plusoft.

Para os fins desta Política, o Grupo Plusoft atua, predominantemente, como Operadora de Dados Pessoais, realizando o tratamento em nome e sob as instruções dos Controladores (Clientes). Na hipótese em que realize o tratamento de dados pessoais relacionados a seus próprios colaboradores, fornecedores e parceiros comerciais, atuará como Controladora, observando integralmente os princípios e regras da LGPD.

3. Conteúdo

3.1. Definições

Cliente: pessoa, física ou jurídica, adquirente de um produto ou contratante do serviço do Grupo Plusoft, ou que esteja avaliando a possibilidade de adquirir um produto ou contratar um serviço do Grupo Plusoft.

Dado pessoal: toda e qualquer informação que, isolada ou conjuntamente com outras informações fornecidas, permitam a identificação e individualização de quem as forneceu.

Dado sensível: dados pessoais sobre a origem racial ou étnica, convicções religiosas, dados referentes à saúde, à vida sexual, além de dados genéticos e biométricos.

Dados anonimizados: dados que não possibilitam, por meios técnicos e outros, que se busque e localize a identificação de seu titular.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais em formato eletrônico ou físico.

Titular de dados: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento.

Controlador: pessoa natural ou jurídica a quem compete as decisões sobre tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado de dados: pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para a finalidade informada.

Uso compartilhado dos dados: a comunicação, a difusão, a transferência internacional, a interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos, no cumprimento de suas competências legais, ou entre estes e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Violação de dados pessoais: uma violação da segurança, acidental ou ilícita, que consista na destruição, perda, alteração, divulgação ou no acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

3.2. Princípios para o Processamento de Dados Pessoais

Toda coleta e tratamento de dados deve sempre observar os princípios norteadores para o manuseio e tratamento dos dados. A LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (art. 6º) enumera 10 (dez) princípios fundamentais, sendo eles:

FINALIDADE: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

ADEQUAÇÃO: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

NECESSIDADE: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

LIVRE ACESSO: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

QUALIDADE DOS DADOS: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

TRANSPARÊNCIA: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

SEGURANÇA: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

PREVENÇÃO: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

NÃO DISCRIMINAÇÃO: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

3.3. Não Aplicação

Esta Política Corporativa de Proteção de Dados não se aplica a análises estatísticas ou inspeções efetuadas com base em dados anonimizados.

4. Políticas estabelecidas

4.1. Diretrizes gerais

Os dados pessoais coletados, inseridos e/ou recebidos pelo Grupo Plusoft e/ou através de suas Plataformas, seja de colaboradores, empregados, clientes, parceiros, fornecedores e prestadores de serviço, devem ser mantidos em conforme os padrões de armazenamento e tratamento instituídos na presente Política.

A coleta de dados pessoais é realizada para legitimar relações administrativas e comerciais, tais como: pesquisas internas de marketing; administração de segurança e desempenho; informações de contato; recursos humanos; viabilização de negócios e prestação de serviços entre outras finalidades que forem estipuladas pelo Grupo Plusoft.

O Grupo Plusoft se compromete a utilizar os dados de forma consistente com esta política e com a lei em vigor. Todas as informações pessoais coletadas ou recebidas serão utilizadas para fins legítimos de negócios.

4.2. Coleta/uso de dados

Antes de eventual coleta de Dados Pessoais, o Controlador de Dados Pessoais deverá fornecer ao titular informações exigidas pelas leis e regulamentos aplicáveis e, pelo menos, a identidade e os detalhes de contato do Controlador de Dados e de seu encarregado de dados, se houver; os objetivos do processamento; os destinatários ou categorias de destinatários dos seus dados pessoais; e a existência de seus direitos de acesso e retificação de seus dados pessoais.

A coleta e uso de dados pessoais deverá se basear em uma destas hipóteses:

- consentimento^[1] (escrito ou através de meio que demonstre a vontade do titular);
- obrigação legal;
- necessidade para execução contratual;
- exercício regular de um direito;
- proteção à vida ou incolumidade física do titular ou de terceiro;
- para a tutela da saúde;
- para atender a legítimo interesse do controlador (cliente) ou terceiro;
- para a proteção de crédito; e,
- em razão da publicidade dada aos dados por seu titular

No momento do uso ou tratamento dos dados, deve haver uma verificação de correlação entre o uso, a finalidade e a base legal, informados ao titular no momento de sua coleta.

Frise-se que os padrões de segurança e uso dos dados pessoais parametrizados na presente política se aplicam para todos os dados, sejam eles obtidos por via eletrônica ou via física.

^[1] No caso do Cliente, a opção modulável de registro dos consentimentos é coletada através da plataforma. Para tanto, cabe ao Cliente modular sua plataforma de forma a ativar tais recursos para o efetivo registro.

4.3. Cookies

A utilização de "cookies" deve se dar de forma transparente, de modo que ao usuário seja informado sobre: (i) o que são cookies, (ii) para que estes são utilizados e por qual razão; e, por fim, que o usuário tenha o seu consentimento coletado antes que o cookie seja armazenado em seu dispositivo.

4.4. Armazenamento de dados em geral

O Grupo Plusoft manterá os dados pessoais processados com precisão e, quando necessário, atualizados. Além disso, manteremos apenas dados pessoais pelo tempo necessário para as finalidades para as quais são processados, nos moldes da Política de Privacidade do Grupo Plusoft.

4.5. Armazenamento de dados físicos

O encarregado de dados e/ou qualquer outra parte envolvida deverá se atentar ao armazenamento de dados físicos, realizados por meio de formulários em papel, fotocópias, dentre outros dados coletados de forma off-line.

O armazenamento deverá seguir o seguinte padrão: com o recebimento de dados através de meios off-line, deverá o encarregado providenciar a digitalização da documentação e disponibilizá-la em plataforma indicada pelo Grupo Plusoft para controle interno. Após digitalização, deverá o encarregado armazenar a documentação de forma segura conforme os padrões estabelecidos na presente política.

Os dados coletados por meio off-line deverão ser armazenados em ambiente monitorado, com acesso restrito a funcionários previamente autorizados, e deverão ser devidamente descartados, quando solicitado, ou ao final definitivo do tratamento do dado.

O descarte do documento físico será feito de forma definitiva, de modo que, o encarregado de dados deverá se atentar para o fato de que, após o descarte, a restauração do documento não seja possível.

4.6. Uso de informações de crianças

Crianças merecem proteção específica em relação aos seus dados pessoais, pois podem estar menos conscientes dos riscos, consequências e salvaguardas em causa e dos seus direitos em relação ao processamento de dados pessoais. Caso sejam enviadas ao Grupo Plusoft dados de crianças, é necessário que venha acompanhado do registro de consentimento^[2] expresso de ao menos um dos pais ou responsável.

^[2] No caso do Cliente a opção modulável de registro dos consentimentos coletado através da plataforma. Para tanto, cabe ao Cliente modular sua plataforma de forma a ativar tais recursos para o efetivo registro.

4.7. Propósito/finalidade para utilização dos dados pessoais

Os dados pessoais são tratados para fins específicos, explícitos e legítimos e não são processados de maneira incompatível com esses propósitos.

Quando o Grupo Plusoft age, seus dados pessoais são processados principalmente para, mas não limitados aos seguintes propósitos: gestão de recrutamento, gestão de recursos humanos, contabilidade e gestão financeira, finanças, gestão de tesouraria e tributária, gestão de risco, gestão de segurança de pessoal, fornecimento de ferramentas de TI ou sites internos e quaisquer outras soluções digitais ou plataformas colaborativas, gerenciamento de suporte de TI, gerenciamento de segurança e saúde, gerenciamento de segurança de informações, gerenciamento de relacionamento com cliente, licitações, gerenciamento de vendas e marketing, gerenciamento de suprimentos, comunicação interna e externa e gestão de eventos, cumprimento de obrigações contra lavagem de dinheiro ou quaisquer outros requisitos legais, operações de análise de dados, gestão corporativa legal e implementação de processos de compliance.

Ao fornecer nossos serviços para o benefício de nossos clientes ou entre nós, também podemos processar dados pessoais em nome de um Controlador (seja um cliente ou qualquer outra entidade do Grupo Plusoft agindo como tal) essencialmente para a operação, gerenciamento, desempenho e entregas eficazes dos nossos serviços em todo o mundo. Garantiremos que os dados pessoais processados sejam adequados, relevantes e limitados ao necessário para as finalidades para as quais são processados.

4.8. Classificação das informações pessoais a serem utilizadas

Todas as informações pessoais coletas, tratadas e compartilhadas, em qualquer formato, devem ser classificadas pelo responsável pelo seu tratamento, observados os critérios ora criados e legislação nacional vigente, sendo certo que a sua classificação delimitará seu uso/finalidade e tratamento.

A classificação é segmentada nos três tipos de informação a seguir expostos:

Confidencial

Devem ser classificadas como CONFIDENCIAL as informações com alto grau de confidencialidade, consideradas informações estratégicas, credenciais de acesso, dados pessoais e/ou dados sensíveis, sendo o seu conhecimento restrito a um grupo específico de pessoas ou a um único indivíduo.

Interna

Devem ser classificadas como INTERNA as informações específicas para uso interno, são aquelas que, devido à sensibilidade técnica ou de negócio exigem cuidados especiais para garantir a integridade dos dados, protegendo-a de modificação ou destruição não autorizada.

Essas informações destinam-se ao uso interno da organização, e seu acesso deve ser limitado a fornecedores e parceiros críticos.

Pública

Devem ser classificadas como PÚBLICA as informações de circulação livre e domínio público.

São informações que não necessitam de uma proteção especial, aquelas que podem ser divulgadas a qualquer pessoa, sem violar o direito à privacidade. O conhecimento desse tipo de informação não expõe a organização a uma perda financeira, de imagem ou compromete a segurança dos seus bens.

Ainda que seja de circulação pública a divulgação desse tipo de informação deve ser controlada e avaliada pelas áreas responsáveis pelas informações trafegadas.

4.9. Critérios de tratamento da informação

Toda informação compartilhada ou veiculada deve ser classificada conforme a segmentação delimitada acima e conforme os critérios abaixo delineados:

In f o r m a ç ã o	Armazenamento	Transmissão e Transporte	Descarte
P Ú B L I C A	a) Os documentos, mídias e arquivos devem ser rotulados como “Público”. b) Para informações ou documentos agrupados em uma mesma mídia, deve-se manter rotulagem “Interna” individualizada tal qual sua concepção na origem. Em caso de inexistência de rótulo a informação será tratada como “Interna”.	a) A informação transmitida através de correio eletrônico ou outro meio de comunicação não possui obrigatoriedade de proteção por senha, criptografia, ou outro dispositivo de segurança.	a) A informação deve ser descartada de forma convencional, sem tratamento específico para as mídias descartadas.
I N T E R N A	a) Os documentos, mídias e arquivos devem ser rotulados como “Interna”. b) Para áreas que possuem também informações “Confidenciais”, o local onde estão armazenadas física ou logicamente deve possuir controle de acesso diferenciado para garantir que apenas pessoas autorizadas tenham acesso as informações. c) Para áreas que possuem apenas informações “Internas” não há necessidade de restrição de acesso físico e lógico. d) As informações armazenadas em ambiente externo do Grupo Plusoft, como backups em empresas especializadas em armazenamento de informações, devem seguir regras de segurança suportadas em contrato e avaliadas prévia e periodicamente pela área de Segurança da Informação. e) Os documentos de pessoas da área de Recursos Humanos são armazenados na empresa, e após o desligamento do funcionário, elas permanecem por um ano no arquivo morto da empresa e depois são enviadas para uma empresa de armazenamento externa, definida pelo Grupo Plusoft, atualmente temos uma empresa contratada que é responsável pelo armazenamento e controles de segurança da informação.	a) A informação deve ser transmitida somente dentro da Plusoft e não deve ser apresentada ou acessada por pessoas ou empresas sem vínculo de prestação de serviços, sem que estejam amparadas pelo Termo de Responsabilidade e Confidencialidade assinado. b) A informação “Interna” pode ser transmitida dentro da Plusoft sem a utilização de criptografia. No caso de transmissão autorizada para fora da Plusoft, devem ser observadas as mesmas regras de segurança das informações “Confidenciais”. c) O transporte dos documentos de pessoas da área de Recursos Humanos é efetuado pela empresa de armazenamento contratada pelo Grupo.	a) A informação deve ser destruída de forma a impedir sua reutilização, quando não for mais necessária. b) Os documentos dos colaboradores sob responsabilidade da área de Recursos Humanos são armazenados por tempo indeterminando, não havendo assim necessidade do seu descarte.
C O N F I D E N C I A L	a) Os documentos, mídias e arquivos devem ser rotulados como “Confidencial”. b) As áreas onde as informações estão armazenadas física ou logicamente devem possuir controle de acesso restrito somente a pessoas autorizadas pelo proprietário da informação mediante identificação e autenticação. c) As informações devem ser verificadas periodicamente pelo proprietário da informação, estando susceptível a inspeções realizadas pela Segurança da Informação em caso de suspeita. d) Informações confidenciais não devem ficar disponíveis em locais de acesso público. e) As informações armazenadas em ambiente externo do Grupo Plusoft devem seguir as regras de segurança suportadas em contrato. f) As informações confidenciais não devem ser armazenadas sem que estejam em uma área protegida por senha ou de armazenamento criptografado. g) Excede-se ao item anterior informações necessárias de armazenamento para manutenção de backup por parte do custodiante, com criptografia ou protegida por qualquer outro meio disponibilizado pelo Grupo Plusoft para esta função e guardadas em ambiente seguro.	a) A informação deve ser transmitida mediante consentimento do responsável pela informação e nunca em local público. b) Para informações transmitidas em meio eletrônico estas devem ser protegidas por senha ou criptografadas por tecnologia homologada pelo Grupo Plusoft e as credenciais de acesso a informação devem ser encaminhadas diretamente ao receptor em separado. c) Documentos confidenciais impressos devem ser acompanhados por pessoa autorizada durante o processo de impressão, bem como devem ser retirados imediatamente das áreas destinadas à impressão compartilhada de documentos. d) Caso seja necessário o transporte externo, ou mesmo interno de documentos impressos confidenciais, o mesmo deve ser realizado em envelope lacrado.	a) A informação deve ser destruída de forma a impedir sua reutilização quando não for mais necessária, utilizando-se de dispositivos de fragmentação de papel ou procedimentos para destruição da informação, desmagnetização e destruição de mídias eletrônicas.

4.10. Segurança

Implementamos medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados pessoais. Neste sentido, as áreas responsáveis pela segurança da informação possuem controles para proteger as informações pessoais dos titulares contra perdas, mau uso, acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição.

Tomamos, quando apropriado, todas as medidas razoáveis baseadas em privacidade por design e privacidade por princípios padrão para implementar as salvaguardas necessárias e proteger o processamento de dados pessoais. Ainda realizamos, dependendo do nível de risco levantado pelo processamento, uma avaliação de impacto de privacidade (“DPIA”) para adotar salvaguardas apropriadas e garantir a proteção dos dados pessoais e fornecemos proteções de segurança adicionais para dados considerados confidenciais.

4.11. Retenção das Informações

Os dados pessoais de usuários devem permanecer armazenados em ambiente seguro pelo Grupo Plusoft, seus colaboradores, empregados, clientes, parceiros, fornecedores e prestadores de serviços, e por período necessário para atender os objetivos previamente contratados com os titulares

Não obstante o disposto acima, quando solicitado pelo titular, a exclusão de seus dados deverá ser realizada imediatamente após comunicação.

Caso os dados a serem excluídos tenham sido compartilhados com o Grupo Plusoft, o responsável pelo compartilhamento deverá notificar o mesmo para que realize a exclusão dos dados também em sua base de dados.

A retenção dos dados observará os prazos legais aplicáveis, como os previstos na legislação fiscal, trabalhista, contratual e consumerista. Findo o prazo legal ou contratual, os dados serão eliminados ou anonimizados de forma segura.

4.12. Direitos

O Grupo Plusoft está comprometido em garantir a proteção de seus direitos sob as leis aplicáveis, incluindo o respeito aos direitos dos titulares de dados pessoais. Segue abaixo tabela síntese destes Direitos:

Direito de acesso	O titular pode solicitar acesso aos seus dados pessoais, assim como, a correção de dados pessoais imprecisos ou incompletos, e também pode solicitar uma cópia dos dados pessoais.
Direito de ser esquecido	O direito de ser esquecido concede ao titular o direito de solicitar a exclusão de seus dados pessoais nos casos em que: • os dados não são mais necessários; • houver retirada do seu consentimento; • os dados pessoais foram processados ilegalmente; • existir uma obrigação legal de apagar seus dados pessoais.
Direito à portabilidade de dados	A portabilidade dos dados pessoais fornecidos, em um formato estruturado, comumente utilizado. O titular possui o direito de transmitir esses dados para outro Controlador ou a há terceiro escolhido, sem impedimentos.
Direito de oposição ao processamento para fins de marketing	Oposição ao processamento dos dados pessoais, particularmente em relação à criação de perfis ou às comunicações de marketing. Quando há processamento, mediante consentimento, este poderá ser retirado pelo titular de dados pessoais a qualquer momento.

É importante que o Controlador de Dados Pessoais informe ao Titular de Dados sobre seus Direitos, bem como propicie meios para que ele os exerça.

4.13. Compartilhamento de dados pelos Clientes com o Grupo Plusoft

O compartilhamento de dados pessoais pelos Clientes e potenciais Clientes com o Grupo Plusoft se dará para questões relacionadas ao objeto estabelecido em Contrato, devendo assim as partes, caso solicitado, serem capazes de apresentar evidência de conhecimento e consentimento do titular dos dados sobre esse compartilhamento.

4.14. Encarregado de dados

Quando os Clientes e Parceiros demandarem o Grupo Plusoft para este processe dados pessoais, na condição de Controlador de Dados Pessoais, clientes e parceiros terão que indicar um encarregado de dados, para que atue no relacionamento entre o Grupo Plusoft, o titular dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Os parceiros se comprometem, nos termos da presente Política, a divulgar em seu site, o nome do Encarregado com seus dados de contato.

4.15. Requisição de dados pela Polícia e Ordem Judicial

O Grupo Plusoft preza pela cooperação com as autoridades competentes a fim de garantir o estrito cumprimento das leis e a salvaguarda da integridade e segurança dos dados pessoais. Desta forma, exigimos a mesma postura de nossos parceiros.

A identificação da competência da autoridade para pedido de dados cadastrais deve ser feita sempre pelo departamento jurídico.

Se solicitada ao Grupo Plusoft Informações Pessoais e este não for o controlador destes dados, enviará prontamente ao Controlador de Dados aviso por escrito com prazo suficiente para permitir à este requerer eventuais medidas ou recursos apropriados.

Se solicitado, o Grupo Plusoft revelará tão somente as informações que forem legalmente exigíveis e empreenderá seus melhores esforços para obter tratamento confidencial para as informações pessoais, que foram reveladas e assim requererem tratamento.

4.16. Política de Privacidade e Contratos de Prestação de Serviços

A política de privacidade e os contratos de prestação de serviços firmados com o Grupo Plusoft, devem conter os padrões de segurança adotados pela empresa, bem como fazer referência ao cumprimento e observância desta Política e às instruções estabelecidas nas demais Políticas existentes.

O Grupo Plusoft disponibiliza tais políticas em seu site principal (<https://www.plusoft.com>) como parâmetro mínimo, devendo todo o exposto neste instrumento refletir a realidade da coleta e tratamento de dados realizada pelos seus parceiros.

Os parceiros deverão possuir Políticas de Privacidade em seus sites, que não excluam nem entrem em conflito com os requisitos e parâmetros estipulados na Política de Privacidade do Grupo Plusoft. Em caso de divergência entre a Política de Privacidade dos Parceiros e do Grupo Plusoft, prevalecerá a Política de Privacidade do Grupo Plusoft.

Em último caso, na impossibilidade de desenvolvimento de Política de Privacidade própria pelos Parceiros, deverão estes replicar em seu site, ou possuir meios tecnológicos que direcionem o usuário para a política disponibilizada no site principal do Grupo Plusoft.

Todos os contratos firmados devem possuir cláusulas contratuais específicas de proteção de dados pessoais, devendo a linguagem ser clara e simples.

Uma vez verificado que o parceiro não está de acordo com os padrões mínimos de segurança e proteção de dados estabelecida na presente Política, deverá o Contrato firmado prever possibilidade de rescisão.

4.17. Conformidade e legalidade

Todas as áreas de negócio, parceiros, colaboradores e terceiros filiados ao Grupo Plusoft, devem necessariamente estar em conformidade com as leis e regulamentações vigentes e com os padrões de segurança estabelecidos nas demais Políticas disponibilizadas pelo Grupo Plusoft

5. Resolução de Litígios

Qualquer dúvida ou preocupação com relação ao uso ou divulgação de informações pessoais deve ser encaminhada ao Encarregado de dados indicado pelo Grupo Plusoft. Este será o responsável por solucionar eventuais dúvidas, questionamentos e litígios acerca do uso e divulgação de dados pessoais de acordo com os princípios contidos nesta Política.

6. Proteção e uso apropriado dos bens e informações do Grupo Plusoft

Todos que tiverem acesso aos bens e informações de titularidade do Grupo Plusoft são responsáveis pela proteção, uso e cuidados destes, sendo que qualquer suspeita de fraude, furto ou acesso desautorizado deve ser devidamente reportada para investigação.

O uso ou a distribuição desautorizada dos bens E/ou informações do Grupo Plusoft violam esta Política Corporativa de Proteção de Dados e podem resultar, além de sanções administrativas, em penalidades civis ou criminais.

7. Lealdade, Justiça e Transparência

Nós não coletamos ou processamos dados pessoais sem ter uma razão legal para fazê-los. Quando necessário, coletaremos e processaremos seus dados pessoais para a execução de um contrato ou para o cumprimento de uma obrigação legal à qual estamos sujeitos, mediante consentimento prévio.

Coletaremos e processaremos ainda, dados pessoais para os interesses legítimos do Grupo Plusoft, exceto quando estes forem anulados pelos interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular de dados pessoais.

8. Reconhecimento

O Grupo Plusoft presume que seus parceiros, clientes e colaboradores tenham lido esta Política cuidadosamente, entendido seu conteúdo, com a pretensão de cumpri-la, além de comprometer-se a incorporar em suas atividades tais valores. O desconhecimento desta Política não os exime das obrigações impostas.

Consulte as áreas Jurídica e de Compliance se tiver alguma dúvida em relação a esta Política ou quaisquer outras políticas e procedimentos do Grupo Plusoft.

9. Entre em contato

Se você tiver dúvidas sobre a coleta e o processamento de seus dados pessoais pelo Grupo Plusoft, poderá enviar suas dúvidas ou reclamações seguindo o procedimento estabelecido nas declarações de privacidade que lhe foram comunicadas no momento da coleta de seus dados pessoais ou enviando um e-mail para o seguinte endereço dpo@plusoft.com

10. Atualização e Vigência

10.1. Atualização

Podemos atualizar esta Política Corporativa de Proteção de Dados oportunamente, à medida que hajam mudanças nos negócios ou requisitos legais. Se fizermos alterações significativas a esta Política, publicaremos um aviso em nosso site quando as alterações entrarem em vigor e, quando apropriado, enviaremos uma comunicação direta a você sobre a alteração.

10.2. Vigência

Esta Política Corporativa de Proteção de Dados tem vigência por prazo indeterminado.

Última atualização: 06/10/2025